

Pontuações metodológicas acerca da teoria dos Partidos Políticos

Alexandre dos Santos Lopes*

A proposta de se debruçar sobre categorias desenvolvidas pelo autor italiano, Gramsci, nasce da necessidade de compreensão à dinâmica interna quanto externa dos partidos políticos existentes na sociedade brasileira. Não somente acerca dos partidos políticos, assim como também, a estrutura da sociedade política e a sociedade civil.

O moderno príncipe,¹ não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada pela ação. Este organismo é o partido: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a ser tornar universais e totais.

Para Gramsci, existem três fundamentos básicos para que exista um partido: um elemento difuso de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem esse grupo o partido não existiria. Eles representam uma força na medida em que houver quem os centralize, organize e discipline. Sem esta força disciplinadora de coesão, eles se anulariam e se dispersariam em algo impotente. O segundo fundamento é o elemento principal que centraliza no plano nacional que torna eficiente um conjunto de forças que, sozinhas, não valem nada. Esse elemento é dotado de força extremamente coesiva, centralizadora e disciplinadora. Sozinho ele não formaria um partido, mas teria mais condições de formá-lo considerando o primeiro elemento separadamente. O terceiro fundamento básico para a existência de um partido é um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, que os coloque em contato não só físico, mas moral e intelectual. Na realidade, para cada partido existem "proporções definidas" entre esses três fundamentos e o máximo de eficiência é atingido quando tais "proporções definidas se realizam".²

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado como qualidades, traços característicos, deveres e necessidades. É necessário definir vontade coletiva de vontade política em geral no sentido moderno; à vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo.³

* Pós Graduando em Ciências Sociais. Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

¹ GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

² Para uma análise mais aprofundada destas questões favor consultar: SADER, Emir (org). Gramsci: poder, política e partido. Expressão Popular: São Paulo, 2005, p.16 e seguintes.

³ GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978; p. 07.

Quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional popular? Portanto uma análise histórica (econômica) da estrutura social de um determinado país é uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para suscitar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos.

Mas quando os grupos sociais se afastam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com forma organizativa determinada, com os homens que os constituem, os representam e os dirigem, que não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração de classe.

A isto denominamos de crise de hegemonia da classe dirigente, que acontece ou porque a classe dirigente fracassou em alguma grande tarefa política para qual ele pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas, ou porque parcelas significativas das massas passaram repentinamente, da passividade política a uma certa atividade, colocando reivindicações que em seu universo constituem uma revolução. Quando se fala de crise de hegemonia, trata-se exatamente da crise do Estado em seu conjunto.

Como diria Gramsci, a organização tem no domínio da sociedade civil, a função que o Estado tem no da sociedade política, retomando com pequenas variantes o escrito nos cadernos do cárcere: é senão todos os empreendedores, ao menos uma elite deles deve ter capacidade de organizadores da sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, pela necessidade de criar às condições mais favoráveis a expansão da própria classe; ou deve possuir ao menos a capacidade de escolher os “funcionários (empregados especializados) aos quais confiar esta atividade organizadora das relações quais externas a fazenda”. O Problema é retomado da perspectiva do partido, ampliando-se e explicitando-se o sentido atribuído à função organizadora do intelectual.⁴

O problema mais interessante é aquele que diz respeito à análise do partido político desse ponto de vista o problema dos intelectuais? Ele me parece poder dizer – se ser exatamente o mecanismo que na sociedade civil desempenha a mesma função que exerce o Estado em maior medida na sociedade política, isto é, procura a soldura ente os intelectuais orgânicos de um grupo social e os intelectuais tradicionais, função que pode cumprir em dependência da sua função fundamental de elevar os membros “econômicos” de um grupo social à qualidade de “intelectuais políticos”, isto é, de organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.⁵

Outras pontuações metodológicas postas por Gramsci, são fundamentais para a compreensão destas questões, e que sugerem que a história do Partido Comunista está intimamente ligada à história de um país e paralelamente, a trajetória de seus militantes.

De certa forma essa história é também umbilical a história do Brasil e como diria Gramsci, em um de seus últimos trabalhos referenciais sobre a questão:

“será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e o setor mais avançado. Logo a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado: tem amigos afins, adversários,

⁴ FERREIRA, Oliveiros S. Os 45 cavaleiros Húngaros; pp. 164 a 166.

⁵ GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, caderno 04.

inimigos. Só o quadro complexo de todo o conjunto estatal (e frequentemente com interferência internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode – se dizer que escrever a história de partido significa exatamente escrever a história geral de um país".⁶

Entendemos que a história de um partido só pode ser adequadamente compreendida se levarmos em conta as relações entre o Partido e sua época; destas relações, as principais dizem respeito ao conflito existente entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, tanto em escala internacional quanto nacional, tanto externa quanto internamente ao Partido.

O desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores, o que inclui a guinada à direita das opiniões do PT acerca da sociedade brasileira, inclusive de suas posições programáticas e estratégicas, só pode ser adequadamente compreendido se levarmos em conta o conflito de classes existente na sociedade e no exterior do próprio partido.

Deste conflito de classes, a relação capital/trabalho assume um significado preponderante no campo da luta política. O conflito entre as classes sociais assume diferentes formas, que estão relacionadas às variadas razões que fazem da burguesia, a classe dominante em nossa sociedade.

A Metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores é resultante de modificações nas condições objetivas verificada pela classe trabalhadora. A utilização de determinados paradigmas explicativos, prioridades políticas a substituição da luta socialista pela luta para a consolidação de uma democracia representativa, a inversão da proposta de combate ao capitalismo tornou-se somente luta contra o neoliberalismo, as próprias idéias de solidariedade demonstram a influência da Igreja Católica (Teologia da Libertação) dentro do partido, assim como a demasiada importância a disputa eleitoral em contraposição a luta política através de organismos como os movimentos sociais, representam em certa medida esta metamorfose.

No entanto, o Partido dos Trabalhadores lutou exaustivamente pelo fim da ditadura militar e pela democratização do Brasil. O socialismo era sua meta principal.

As lutas travadas ao decorrer da década de 1980 demonstram claramente a organização da classe operária e dos movimentos sociais, como, por exemplo, as tentativas para desmascarar a "transição conservadora" que as elites brasileiras planejavam para o país, as sucessivas greves nas fábricas do ABC paulista, a criação de uma central sindical (CUT), entre outras lutas.

Este momento de transição política no Brasil marcou profundamente o partido. A introdução do chamado neoliberalismo implicou em transformações fundamentais no processo produtivo brasileiro, o desemprego estrutural ocasionou um refluxo nas lutas da classe trabalhadora, a criação do Estado mínimo, onde a sociedade civil começa a assumir as responsabilidades do Estado, as privatizações de empresas públicas, a alta rentabilidade das empresas multinacionais e o arrocho salarial para os trabalhadores, em linhas gerais demonstram como se deu a saída liberal para a crise de hegemonia ocasionada nos anos 1980.

⁶ GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978; p. 24.

Com o fim da URSS agrava-se a conhecida "crise do marxismo", onde as mudanças qualitativas produzidas nas sociedades capitalistas inauguram uma nova legalidade social diante da qual o "corpus teórico e a práxis política inspiradas no marxismo já não tem nada a dizer nem a fazer".⁷

O impacto da crise do marxismo agravada pelo fim do chamado "socialismo real" e o crescimento da participação do partido nos parlamentos e prefeituras; a crise na militância e uma estrutura partidária cada vez mais burocratizada e as mudanças no quadro nacional e internacional, são os elementos para a compreensão das disputas internas do Partido dos Trabalhadores, que delimitam a metamorfose do Partido dos Trabalhadores.

⁷ BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994; p.221.